

# Congresso bloqueia verbas para o STJ

BRASÍLIA — Um acordo entre os líderes de todos os partidos no Congresso impediu ontem que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) recebesse uma verba de CR\$ 122 milhões (cerca de US\$ 500 mil) para pagar a empreiteira OAS pela construção do luxuoso prédio que sediará o tribunal em Brasília. A verba para o STJ estava prevista num projeto de lei de suplementação orçamentária no valor de CR\$ 2 bilhões, contemplando também a Justiça Militar, a Justiça do Trabalho e a Justiça Federal. Pelo acordo, foi aprovado um substitutivo que exclui apenas o STJ na liberação de novas verbas do Orçamento.

A construção do prédio novo

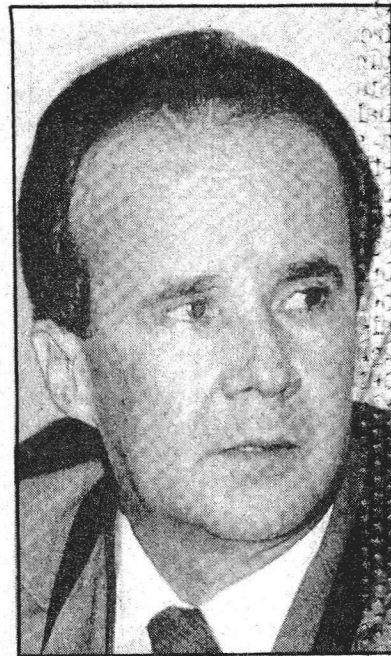


do STJ — tribunal que tem hoje três ministros escalados para desempatar o julgamento do recurso do ex-presidente Fernando Collor contra a cassação de seus direitos políticos pelo Senado — está sendo investigada pela CPI que apura irregularidades praticadas com os recursos do Orçamento. Conforme informou ontem O GLOBO, o presidente do STJ, William Patterson, um dos três escalados para o desempate, recusou-se a enviar à CPI os documentos referentes à licitação da obra, na qual o Tribunal de Contas da União (TCU) já encontrou seis irregularidades.

— Se o STJ não explicar direito o dinheiro gasto nesse superprédio, que já consumiu mais de US\$ 200 milhões, corre o risco de não ter aprovado dinheiro nenhum no Orçamento do ano que

vem — ameaçou o deputado Paulo Bernardo (PT-PR), membro da Comissão Mista de Orçamento e um dos responsáveis pelo acordo de ontem.

O presidente da CPI da máfia do Orçamento, Jarbas Passarinho (PPR-PA), disse que ainda não leu o ofício do ministro William Patterson sobre o pedido de informações feito pelo senador José Paulo Bisol (PSB-RS). De acordo com Passarinho, ao encomendar uma inspeção extraordinária do TCU — para só depois mandar o processo de licitação à CPI — o presidente do STJ “pode estar apenas tomando uma medida acautelatória”. Passarinho acrescentou que poderá pedir a William Patterson “que apresse os procedimentos, se considerar a medida necessária”.



Patterson: recusa a mostrar licitação